

RESENHAS

Perry Anderson
*O Fim da História:
de Hegel a Fukuyama,*
Rio de Janeiro,
Jorge Zahar Editor, 1992, 145 p.

ROSA MARIA VIEIRA (Professora
de Sociologia da Fundação Ge
túlio Vargas - São Paulo)

A derrocada do Leste e o colapso da URSS permitiram que alguns ideólogos alardeassem, de pronto, a vitória final do capitalismo e vissem aí a evidência empírica do fracasso das proposições de Marx. Fazendo coro com a onda apologética das virtudes do mercado livre, Francis Fukuyama, membro da equipe de planejamento do Ministério Exterior norteamericano, publicou, em 1989, na revista *National Interest*, o ensaio "The End of History?", transformado, a seguir, no livro *The End of History and Last Man* (no Brasil, *O Fim da História e o Último Homem*, Rocco (1992).

Nestes trabalhos, sustentando-se teoricamente nas interpretações de Hegel feitas por Alexandre Kojeve, Fukuyama afirma que a humanidade chegou ao ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal do Ocidente. Vitorio-

sa na Europa, depois de ter destruído o fascismo e o grande inimigo do pós-guerra, o comunismo, esta forma racional e definitiva de organização do Estado e da sociedade se expande agora, inexoravelmente, também pela Ásia - Japão, Coréia do Sul, Taiwan. Fora da civilidade do capitalismo liberal apenas alguns resíduos localizados de passado histórico, no Terceiro Mundo subdesenvolvido: nacionalismo sem pretensões universais, fundamentalismos de comunidades religiosas, enfim, excrescências impregnadas de toxinas ideológicas e tensões étnico-políticas, que não comprometem a tendência geral e que serão, mais cedo ou mais tarde, eliminados. Porém, mais do que propriamente o término de conflitos ou mudanças circunstanciais, o fim da história representa, sobretudo, o esgotamento de qualquer alternativa possível ao capitalismo democrático liberal.

As concepções de Fukuyama - variante otimista do discurso filosófico do fim da história, em que a política e a história ocupam o primeiro plano

ganharam ampla divulgação, numa bem urdida estratégia de *marketing*, que o transformou num dos mais divulgados apologetas das excelências do livre mercado, na atualidade.

Mas tão grande quanto a amplitude da difusão pela mídia, foi a controvérsia gerada pelas teses de Fukuyama. Intelectuais conservadores, liberais, social-democratas e marxistas, com perspectivas diversas, criticaram suas proposições, objetando uns que, na base das formulações, havia uma deturpação de Hegel, e apontando outros que o tratamento da época contemporânea era displicente e laudatório. No âmbito da esquerda destacaram-se, particularmente, as críticas de Perry Anderson, ex-editor da *New Left Review*, no livro *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992).

A originalidade da tematização de Anderson está na idéia de que esta nova versão do fim da história, mesmo sendo um produto imediato do colapso do Leste, tem atrás de si um intrincado *background* teórico, cuja elucidação permitiria o esclarecimento das questões políticas subjacentes. Por isso, nos três primeiros capítulos do livro, procurando apreender o fim da história "a partir de seu começo", faz um levantamento das diferentes versões do encerramento da evolução social humana, elaboradas a partir de Hegel, o principal avalista filosófico invocado por Fukuyama.

Tomando a vertente hegeliana de final do século XVIII como contraponto - e procurando ver até onde a construção de Fukuyama estava autorizada a recorrer à autoridade de He-

gel -, Perry Anderson analisa as idéias de alguns teóricos como Antoine-Augustin Cournot, um dos ancestrais da economia neoclássica e o pioneiro da moderna teoria do preço; Alexandre Kojève, intérprete contemporâneo de Hegel a quem creditava uma concepção integral do fim da história como etapa do desenvolvimento humano, de acordo com a lógica da modernidade e, finalmente, de um conjunto de pensadores contemporâneos da *Posthistoire* como Henri de Man, Arnold Gehlen e, até mesmo, Jürgen Habermas.

Recuperada a história intelectual existente atrás das teses de Fukuyama, Anderson mostra como, num tempo histórico propício - a *débâcle* soviética -, combinaram-se, na aclamação teórica da vitória da democracia capitalista, os legados filosóficos de Hegel e Kojève. De Hegel vieram "o constitucionalismo da *Rechtsphilosophie*" (o liberalismo de Hegel) e o "otimismo de sua concepção do próprio fim, como concretização da liberdade na terra". De Kojève, "o sentido de centralidade do hedonismo do moderno consumo, e da caducidade da significação tradicional do Estado Nacional". Em síntese, "a combinação da democracia liberal e a prosperidade capitalista num enfático nó terminal" (pp. 81, 82).

Segundo Perry Anderson, para a interpretação das grandes questões mundiais, da virada dos anos 90, Fukuyama concebe uma direcionalidade na evolução humana em razão "do avanço cumulativo do conhecimento técnico", impulsionado a partir do nascimento da ciência moderna. A

razão científica obrigaria, paulatinamente, todos os Estados a modernizarem-se, sob pena de não sobreviverem às pressões das potências mais avançadas e "abrir horizontes ilimitados de desenvolvimento econômico para a satisfação de necessidades materiais". Impondo a racionalização do trabalho e da administração, a ciência eleva os padrões de vida a níveis antes insuspeitados, criando "uma economia industrial madura", selecionando "o capitalismo como o único sistema eficiente - porque competitivo - para elevar a produtividade dentro de uma divisão global do trabalho" (pp. 94, 95).

Apesar de admitir que "uma economia capitalista bem-sucedida não garante necessariamente a democracia política" (p. 95), Fukuyama vê a revolução liberal varrendo o globo e tornando seus princípios irresistíveis. As demonstrações empíricas evidenciam-se no colapso - sem violência de ditaduras no mundo todo e na destruição do mito de que "os retardatários do mercado mundial estão condenados à penúria e à dependência" (p. 96). A prosperidade capitalista, enfim, ao alcance de todos os países, sem distinção, desde que respeitados os princípios da economia liberal. Taiwan, Coréia, Cingapura e, talvez, logo a seguir, Tailândia e Malásia, seriam a demonstração eloqüente de que o liberalismo "subsiste como única aspiração coerente que abarca diferentes regiões e culturas em todo o globo", não se podendo imaginar um mundo "essencialmente diferente do atual e, ao mesmo tempo, melhor", "um futuro que não seja essencialmen-

te democrático e capitalista" (p. 97). Mesmo ainda não realizada em toda a parte, a revolução liberal não teria competidores à altura: sinal inequívoco do fim da história.

Anderson dedica-se longamente à refutação das teses de Fukuyama, apontando limites teóricos, debilidades de fundamentação e, principalmente, óbvias implicações ideológicas. Basta-nos, porém, seu questionamento quanto à projeção de um futuro taiwanês para todo o Terceiro Mundo. Segundo ele, mesmo supondo-se que o crescimento de Taiwan (cuja renda *per capita* é metade, apenas, da norte-americana) possa tornar-se corriqueiro para os países subdesenvolvidos - o que não é realidade -, não há nenhuma possibilidade de reprodução dos padrões de consumo do Primeiro Mundo, pois este estilo de vida pressupõe necessariamente sua restrição a uns poucos privilegiados.

"Se todas as pessoas da Terra possuísem o mesmo número de geladeiras e automóveis que as da América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável. Hoje, a ecologia global do capital, o privilégio de uns poucos, requer a miséria de muitos, para ser sustentável. Menos de um quarto da população do mundo detém atualmente 85% da renda mundial, e a diferença entre as participações das zonas avançadas e atrasadas ampliou-se ainda mais nos últimos cinquenta anos. A diferença entre os padrões de vida na Europa e na Índia e China aumentou de uma proporção de 40:1 para 70:1 só entre 1965 e 1990. Nos anos 80, mais de 800 milhões de pessoas - mais do que as po-

pulações da Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão somadas - tomaram-se ainda mais excruciantemente pobres, e uma de cada três crianças passava fome" (p. 110).

Por isso, talvez, nem mesmo Fukuyama esteja plenamente convencido de sua argumentação falaciosa, pois não prevê relações pacíficas entre as zonas privilegiadas do capitalismo liberal e as áreas de infortúnio e pobreza. Projetando conflitos e tensões sugere, profilaticamente, a salvaguarda dos fornecimentos de petróleo, o bloqueio da exportação de tecnologia avançada, especialmente a nuclear, e a contenção da imigração dos miseráveis para os países ricos.

Não basta, no entanto, expor a vulnerabilidade das teses de Fukuyama, demonstrando como elas atenuam ou ignoram os problemas do capitalismo liberal. É preciso indicar uma alternativa viável à exaltação dos méritos genéricos do livre mercado. Na discussão dessa alternativa, o livro de Perry Anderson, no último capítulo, sofre uma inflexão essencial, pois, afastando qualquer identidade entre crise do Leste e o fim do socialismo, trata de analisar a situação contemporânea da teoria socialista e suas perspectivas para enfrentar com êxito o prolongado mal-estar estrutural do capitalismo, para o qual as forças de mercado não têm solução.

Instrumentalizado pela referência a alguns paradigmas da cultura de esquerda, quanto a diferentes versões para o futuro do homem, e considerando que a grande crise do capitalismo avançado, evidenciada nos anos 70, não foi equacionada, levando à redução das taxas de lucro à metade das registradas no pós-guerra, e que o "estreitamento dos vínculos na ordem capitalista mundial está fadado, de qualquer modo, a forçar as tremendas pressões de pobreza e exploração no Sul a repercutir pela primeira vez no próprio Norte", Perry Anderson acredita na possibilidade de "uma nova agenda internacional para a reconstrução social". Nesse caso, o socialismo, se capaz de equacionar essas tensões e conflitos, seria "redimido como legítimo programa para um mundo mais igual e mais habitável" (p. 142).

Num tempo em que a prolongada crise do capital gera a barbárie, a inércia, alimentando as pretensões hegemônicas do pensamento neoliberal, que nega o devir histórico enquanto transformação radical do capitalismo, o livro de Perry Anderson sinaliza em direção à necessária lucidez. Para além das evidências de uma suposta eternização do mundo fetichizado das mercadorias, está a percepção de que a história, longe de findar, gesta, na realidade, as condições de sua transformação.

VIEIRA, Rosa Maria. Resenha de: ANDERSON, Perry. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, 145p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.111-114.

Palavras-chave: Fim da História; União Soviética; Hegel; Fukuyama.